



por Márcio Chaer

17/07/1998

STJ nega habeas corpus a advogada

A advogada carioca Nara Maria Pereira Lima, denunciada na 5ª Vara Criminal de São Gonçalo pela prática de estelionato, formação de quadrilha e duplicata simulada teve seu pedido de habeas corpus negado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro. Nara foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Rio a 4 anos e seis meses de reclusão e multa. O ministro reafirmou o entendimento da 4ª Câmara Criminal do TJ do Rio, que indeferiu o pedido de fiança, afirmando que não se concede fiança quando a soma das penas mínimas for superior a 2 anos de reclusão. Na ocasião, o Tribunal também expediu mandado de prisão contra a ré, que respondia o processo em liberdade. O ministro Antônio de Pádua Ribeiro afirmou em seu despacho que os recursos especial e extraordinário, que venham a ser interpostos pela ré, não suspendem as decisões tomadas. Desta forma, a advogada deve ser detida imediatamente (Habeas corpus 7.612).

São nomeados novos procuradores

Com a intermediação da direção da OAB-SP, o Sindicato dos Procuradores do Estado de São Paulo (SindiproesP) garantiu a nomeação de mais 14 procuradores aprovados no último concurso. A informação foi dada pelo governador em exercício de São Paulo, Geraldo Alckmin ao presidente da OAB, Rubens Approbato. Os 74 nomes restantes serão nomeados de acordo com as possibilidades do Estado. O presidente do SindiproesP, Ney Duarte Sampaio entende que a demora nas nomeações prejudica o Estado.

Inseadi abre curso preparatório

O Instituto de Estudos Avançados em Direito (Inseadi) está com as matrículas abertas para o curso preparatório para concursos jurídicos. As vagas são limitadas. O aluno é acompanhado por um orientador que sistematiza os estudos de acordo com suas necessidades, após uma entrevista individual no ato da matrícula. São realizados simulados mensais, para que cada aluno avalie seus progressos. Mais informações e inscrições pelo tel. (011) 889-8255 ou na rua Desembargador Eliseu Guilherme, 304, 6º andar, Paraíso.

Fórum tem novo endereço

A partir das 11h de amanhã o Fórum Trabalhista de São Vicente passará a funcionar em novo endereço. As novas acomodações estão localizadas na Av. Presidente Wilson, 218, Itararé. No Fórum estão instaladas as 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento do Município e o Serviço de Distribuição dos Feitos de 1º Grau. Em 1997, as duas Juntas de Conciliação e Julgamento receberam um total de 3.759 processos e solucionaram 3.474. O que representa a conclusão de mais de 92% das reclamações trabalhistas.

OAB-SP promove cursos

A Escola Superior de Advocacia da OAB-SP abre inscrições, de 10 a 12 de agosto, para os cursos de Direito Bancário, com início em 18 de agosto; Perícia em Acidentes e Doenças do Trabalho e na Reparação de Danos, início em 24/08; e Aperfeiçoamento à Prestação de Assistência Jurídica Gratuita – Direito Penal e Processual Penal, início em 1º de setembro. Os dois primeiros cursos são gratuitos. Para o terceiro serão cobradas três parcelas de R\$ 50,00. Mais informações pelos telefones (011) 3104-4617.

Ação por descanso aos domingos

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) está contestando a Medida Provisória 1.698, que autoriza o trabalho aos domingos no comércio varejista e permite que o trabalhador tenha uma folga no domingo, a cada quatro semanas. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 1.860), apresentada ao Supremo Tribunal Federal, a CNTC alega que a MP fere o artigo 385 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que fixa o domingo como dia de repouso semanal de todo empregado. De acordo com a Confederação, a norma contraria, ainda, o artigo 62 da Constituição, que trata da relevância urgência para edição de Medida Provisória.

Protelar é litigância de má-fé

Foi sancionada pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Lei 9.668, de 23.6.98, que passa a considerar ato de litigância de má-fé retardar decisões judiciais. A lei altera o Código de Processo Civil e determina que quem apresentar recurso com caráter meramente protelatório, ou seja, com o intuito de atrasar as decisões tomadas pela Justiça, sofrerá punição. A nova lei determina que esses litigantes de má-fé devem ser condenados a pagar multa de até 1% sobre o valor da causa, além de indenizar os prejuízos sofridos pela parte contrária durante o tempo que durou o processo e arcar com as custas e honorários advocatícios. A indenização à parte contrária será fixada pelo juiz. A novidade deve provocar forte impacto nos processos trabalhistas e no comportamento dos governos, cujos procuradores são orientados a recorrer em quaisquer circunstâncias. Em geral, para empurrar as dívidas para as administrações seguintes.

Candidatos falam na OAB-DF

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a OAB do Distrito Federal promoverão palestras com os candidatos à Presidência da República. O evento será aberto dia 27, com Lula, e segue dia 28 com Enéas, dia 29 com Ciro Gomes e dia 30 com Fernando Henrique Cardoso. Os candidatos serão questionados sobre suas propostas diante dos temas Reforma do Judiciário, Violência e Direitos Humanos. As palestras acontecerão no auditório da OAB-DF, a partir das 9h. Mais informações pelo tel (061) 316-9600.

TRF solicita indicação de juiz

O presidente em exercício do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, juiz Teori Albino Zavascki, encaminhou pedido ao presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo de Castro, para que ele indique a lista sêxtupla para preencher a vaga aberta com a saída do juiz Gilson Dipp, nomeado para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Os nomes serão

submetidos ao plenário do TRF, que escolherá três dentre os seis nomes e os encaminhará para a escolha final pelo Presidente da República.

Representação e retenção de valor

O advogado não pode reter valores das parcelas de acordo judicial, que devem ser repassados para o cliente, enquanto se aguarda o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a ser feito pelo mesmo, no caso do cliente não lhe outorgar esses direitos. O representante só pode reter os valores mediante contrato escrito, com cláusula autorizando expressamente que o advogado pode compensar ou descontar os honorários a que tem direito, dos valores que devam ser repassados para o cliente.

Aasp promove curso de línguas

A Associação dos Advogados de São Paulo promoverá no período de julho a dezembro cursos de Inglês, Inglês Jurídico, Espanhol, Francês, Italiano, Latim e Português. Alguns estágios das aulas são voltados para a área jurídica, incluindo por exemplo, a leitura de petições e outros objetos. Os cursos serão ministrados no Largo de São Francisco, 34, 14º andar. As inscrições estão abertas de 27 a 31 de julho. Mais informações no local do curso, 10º andar ou pelo telefone (011) 239-2488, ramais 151 e 173.

Eletrobrás retoma empresa

A Eletrobrás voltou a ter o controle acionário da Cepisa, a companhia energética do Piauí. A decisão foi tomada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, ao atender o pedido de suspensão de liminar feito pela estatal. A Eletrobrás havia comprado as ações da Cepisa por R\$ 120 milhões para que a empresa fosse incluída no Programa Nacional de Desestatização, mas o Tribunal de Justiça do Piauí anulou o contrato e devolveu o controle acionário ao Estado. O ministro entendeu que a compra das ações sem a transferência do controle, constitui grave lesão às finanças públicas federais (Petição 991).

Policiais não são reintegrados

Os ex-agentes da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Renato Pereira Gomes, Eduardo de Freitas Dias, Roberto Vinícius da Silva Braga e Marcus Vinícius do Amaral, demitidos através de processo administrativo, não poderão retomar o exercício de suas atividades. Esse foi o entendimento do ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, ao negar pedido de liminar feito pela defesa dos acusados. Eles foram acusados de extorsão contra o Discount Bank Latin America e denunciados pelo Ministério Público por crime de concussão – extorsão cometida por funcionário público no exercício de suas funções. A defesa pedia que eles retomassem o cargo e alegava que o processo administrativo não é suficiente para fundamentar a demissão. O ministro Carlos Velloso reafirmou o entendimento do STF, de que a demissão do funcionário público através de processo administrativo é legítima e negou pedido de igual teor feito pelo ex-delegado Eleutério Parracho. (Mandado de segurança 23.190 e 23.188).

Rede Associativista

As bases legais e jurídicas para a implantação de Redes Associativistas compõem o eixo do manual que está sendo lançado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção (Sincomavi). A intenção do presidente da entidade, Lázaro Antonio Infante é mostrar a viabilidade de se formar redes de empresas de um mesmo setor que atuem em bloco, principalmente na negociação de preços com fornecedores. Todos os sindicatos do comércio do Estado estão recebendo o importante guia.

STF pede informações

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, pediu informações à Assembléia Legislativa do Piauí sobre as leis estaduais que tratam da nomeação de delegado de polícia e da criação de um comando especial de combate ao crime. As leis são contestadas pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 1.854), com pedido de liminar. A liminar da ação será examinada pelo STF após o recebimento das informações solicitadas pelo ministro Velloso.

TRT-SP tem novos juízes

Cinco novos juízes do Trabalho Substitutos tomaram posse ontem para atuar nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho da 2ª Região. Ao todo, foram sete aprovados dos 1.580 inscritos, mas dois ainda não decidiram se tomarão posse no cargo. O índice de reprovação do concurso foi de 99,96%. Já está disponível na Internet a lista dos 300 aprovados na 1ª prova do 23º concurso da Magistratura Trabalhista, que concorrem a uma das 30 vagas restantes. O endereço é <http://www.trt02.gov.br/>.

Balanço do Senado Federal

O Senado fechou o 1º semestre com 310 matérias apreciadas em 109 sessões. Os projetos aprovados e enviados a sanção presidencial somaram 41, enquanto 145 foram aprovados e encaminhados para promulgação. Foram promulgadas duas Emendas Constitucionais, entre elas a da Reforma Administrativa, que já está em vigor. Dos 310 projetos analisados, 253 foram aprovados, enquanto 57 foram arquivados. No campo criminal, o Senado aprovou quatro tipos de penas alternativas à prisão.

STJ mantém empresas em licitação

A Construtora Norberto Odebrecht S/A e a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO) podem participar da concorrência internacional para implantação do Projeto Jaíba-II, em Minas Gerais. O direito foi garantido pelo Superior Tribunal de Justiça. Trata-se de um projeto de irrigação com financiamento do governo japonês, que alcançará uma área de mais de 100 mil hectares, no Interior de Minas. O Estado pedia que fossem suspensas as liminares concedidas às empresas, que as mantiveram na licitação, pois a decisão estaria trazendo prejuízos a administração. O ministro negou o pedido e decidiu esperar pelo julgamento do mérito (Petição 984).

com a colaboração de **Rodrigo Haidar**

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/1998-jul-17/marcio_chaer-29/